



Editorial

Novo veículo pretende refletir a pluralidade da Fiocruz e a atuação da Presidência em suas diversas frentes, tendo por base as 11 teses do VIII Congresso Interno

Fiocruz conquista maior estabilidade orçamentária para a produção em 2019



Recursos repassados para a área de medicamentos, imunobiológicos e reagentes para diagnóstico de doenças, na ordem de R\$ 1,7 bilhão, passarão a integrar o orçamento próprio a partir de 2019

Câmara aprova Projeto de Lei de apoio à Fiocruz

Proposta tramitou em regime de urgência, resultado de interlocução institucional com parlamentares



Presidente se reúne com futuro ministro de C&T

Instituição destaca a necessidade de implementar integralmente o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação



Fiocruz assina protocolo para inovação em saúde em PE

Documento institui a cooperação em projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento tecnológico



GT de Atenção Primária avalia Conferência de Astana

Relatório final inclui a Agenda 2030, cuidados paliativos e doenças crônicas não transmissíveis



Agência Brasileira de Cooperação consolida parcerias

Objetivo é aperfeiçoar e formalizar acordo entre a ABC e a Fundação para implementar projetos cooperativos na área de promoção da saúde

Lançamento da Rede NB3 de laboratórios fortalece vigilância

Iniciativa conta com integrantes de laboratórios do IOC, Ensp, Fiocruz Paraná, Fiocruz Bahia e Fiocruz Pernambuco

CD divulga nota de esclarecimento aos docentes e discentes

Conselheiros reforçam garantia de professores e alunos terem respeitados seus direitos de livre expressão nos espaços acadêmicos

Editorial

 portal.fiocruz.br/noticia/editorial

Entendemos que a atuação da Presidência deve refletir a pluralidade que constitui a Fiocruz, com vistas ao seu desenvolvimento institucional. E para garantir que a comunidade Fiocruz seja partícipe dessa gestão, temos o compromisso de buscar sempre aprimorar a comunicação com nossos trabalhadores.

Por isso, lançamos hoje um novo veículo, de periodicidade mensal, que pretende apresentar de maneira mais clara o caráter integrador, estratégico e transversal que permeia as ações de nossas vices e coordenações, bem como de todos os projetos ligados diretamente à Presidência.

Numa gestão democrática, comprometida com o papel de instituição pública e estratégica de Estado, a Presidência entende ainda que este Boletim torna-se mais um instrumento de transparência e compartilhamento das ações que vêm pautando nossa atuação junto aos diversos parceiros institucionais, à sociedade e aos trabalhadores da Fiocruz.

Os desafios são muitos e a Presidência tem atuado em diversas frentes, tendo por base as 11 teses aprovadas no VIII Congresso Interno, para alcançar maior capacidade de resposta às necessidades da sociedade. O Boletim da Presidência será mais um instrumento para partilhar essa jornada: as decisões construídas coletivamente, os enfrentamentos necessários, os avanços e as conquistas.

Boa leitura.

Nísia Trindade Lima

Presidente

Fiocruz conquista maior estabilidade orçamentária para a produção

 portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-conquista-maior-estabilidade-orcamentaria-para-producao



A Fiocruz começará o ano de 2019 com uma grande conquista: a incorporação dos recursos destinados à produção ao seu orçamento próprio. A medida, conquistada após longo processo de negociação com o Ministério da Saúde, garante autonomia, estabilidade e maior sustentabilidade para a produção de vacinas, kits para diagnósticos e biofármacos.

Desde 2014, o financiamento da produção era feito via Termo de Execução Descentralizada (TED), quando o orçamento fica centralizado em uma das secretarias do Ministério e é transferido ao longo do ano para ser executado na Fiocruz. Este processo exige o cumprimento de etapas que muitas vezes provocam a descontinuidade dos pagamentos.

Os atrasos afetam diretamente a produção e aumentam o risco de a Fundação não conseguir cumprir as entregas de vacinas e demais produtos demandados pelo Ministério para abastecer o Sistema Único de Saúde e atender a população. Com os recursos garantidos na Lei Orçamentária Anual da Fiocruz (LOA), esses riscos são reduzidos drasticamente e a instituição fica menos suscetível a turbulências econômicas e políticas no âmbito do governo.

Autonomia

As negociações para mudar a forma de transferência do dinheiro para a produção se intensificaram este ano. O trabalho exigiu grande integração das equipes de diversas áreas da Fiocruz. Foi fundamental a articulação dos profissionais da Presidência, das áreas de planejamento e das unidades de produção. Os vice-presidentes de Gestão e

Desenvolvimento Institucional, Mario Moreira, e de Produção e Inovação em Saúde, Marco Krieger, participaram de reuniões frequentes em Brasília com técnicos do Ministério da Saúde para tratar de orçamento e de outras necessidades da Fundação.

A partir das conversas, os recursos para a produção foram alocados no Plano Plurianual da Fundação - parte do Projeto de Lei Orçamentária 2019 (PLOA), que será encaminhado para aprovação do Congresso Nacional. “É uma grande conquista e vai ao encontro das discussões do nosso Congresso Interno, que apontou para a necessidade de alguns movimentos de curto prazo para que tivéssemos ganhos de autonomia e sustentabilidade. A incorporação dos TEDs é, sem dúvida, esse grande movimento”, afirma Mario Moreira. Essa orientação está clara na Tese 1* ([Clique aqui para ler o Relatório Final do 8º Congresso Interno](#)).

O vice-presidente de Produção e Inovação, Marco Krieger, ressalta as melhorias conquistadas para o processo de planejamento e execução das atividades. “Atualmente, cada fornecimento ao Ministério ocorre de forma praticamente independente e isto faz com que tenhamos que negociar continuamente, a cada entrega”, explica. “O maior ganho é na autonomia técnico-administrativa com a garantia da orçamentação desta atividade, permitindo à Fiocruz administrar esta complexa cadeia produtiva, sem riscos de mudanças súbitas ou mesmo a suspensão de aquisições relacionadas a alterações no contexto econômico ou político do país”, completa Krieger.

Reconhecimento

O coordenador-geral de Planejamento Estratégico (Cogeplan), Ricardo Godoi, ressalta a agilidade gerada pela mudança. “A área de produção tem um volume muito grande de movimentação financeira e um fluxo de caixa pesado, que ficava dependente das liberações. Agora, vai ter maior tranquilidade e autonomia para fazer a gestão de seus recursos orçamentários”, resume. Godoi considera que a mudança também está relacionada à avaliação positiva da equipe técnica do Ministério quanto ao esforço dos gestores da Fundação em tornar a execução do orçamento mais eficiente.

A incorporação dos recursos da produção ao orçamento próprio fica clara no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Para este ano, a previsão foi de R\$ 2,4 bilhões. Para 2019, é de R\$ 4,3 bilhões, já que estão incluídos os recursos de produção (R\$ 1,7 bilhão), antes repassados por TED. Houve também um aumento para atender as atividades finalísticas da instituição – como pesquisa, patrimônio histórico e modernização das unidades e de infraestrutura.

“A Fiocruz permanece com o compromisso junto ao Ministério da Saúde de atuar fortemente para aumentar a eficiência no desenvolvimento das atividades e retomar os investimentos em suas áreas finalísticas”, afirma o coordenador.

Burocracia

Bio-Manguinhos trabalha até o momento com sete TEDs – um para vacinas, dois para reativos e quatro para biofármacos. “Todo o processo, da elaboração até a execução, é

extremamente burocrático. Esses Termos não adequados para atividades continuadas”, explica a vice-diretora de Gestão e Mercado de Bio-Manguinhos, Priscila Ferraz Soares. O processo de liberação de recursos para o pagamento de alguma despesa, por exemplo, demora de 40 a 50 dias.

Os produtos e a quantidade a serem entregues são estabelecidos nos TEDs, bastante rígidos em relação às entregas e repasses de verba. Para qualquer alteração, é preciso fazer um termo aditivo, que demora quatro meses. Quando há uma situação de emergência - como uma epidemia de febre amarela, por exemplo -, é grande a dificuldade de aumentar a produção da vacina necessária naquele momento. “Com os recursos na Lei Orçamentária, teremos um fluxo de liberação mensal e mais flexibilidade para atender as demandas do quadro epidemiológico e pedidos do próprio Ministério da Saúde”, afirma a vice-diretora de Bio-Manguinhos.

* Tese 1:

“A Fiocruz – instituição pública e estratégica de Estado vinculada ao Ministério da Saúde – interage com governos, suas políticas e a sociedade, respeitando de forma rigorosa os compromissos que assume em sua missão, devendo ter viabilizadas pelo Estado – para garantir o cumprimento desse seu papel social – as condições necessárias para uma atuação autônoma, estável e sustentável”.

Fiocruz participa de encontro com o futuro ministro de Ciência e Tecnologia

portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-participa-de-encontro-com-o-futuro-ministro-de-ciencia-e-tecnologia



Representantes da comunidade científica e tecnológica estiveram reunidos, no dia 6 de dezembro, em Brasília, com o futuro ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, para debater os grandes desafios da ciência brasileira para o próximo governo. Esta foi a primeira vez que o futuro ministro se reuniu com entidades representativas da área, encontro que contou com a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima.

A presidente apresentou a Fundação e explicou seu papel estratégico para o Estado brasileiro e destacou a importância da garantia de liberdade para investigação científica e acadêmica, que vem sendo mantida desde a redemocratização do país, em 1985. Nísia levantou ainda alguns pontos que devem ser observados e debatidos junto à comunidade científica, como a necessária recomposição da dotação orçamentária do setor de ciência e tecnologia, em consonância com a capacidade instalada e massa crítica nacionais; e a implementação integral do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

“Parabenizo as lideranças da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC) na representação das entidades e instituições para a organização deste encontro. A abertura deste canal de diálogo com a comunidade científica foi uma iniciativa de enorme importância para o futuro governo”, ressaltou a presidente. Nísia ressaltou a importância da continuidade das políticas de

descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em curso no Brasil e do fortalecimento dos vínculos cooperativos em ciência, tecnologia e inovação entre o MCTI e o gestor federal do SUS – o Ministério da Saúde.

Recuperação do orçamento

Na reunião, Pontes se comprometeu com a recuperação do orçamento para CT&I e afirmou que se empenhará em promover articulações com outros ministérios. O futuro ministro também garantiu que a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) permanecerá vinculada ao MCTIC, destacou a importância da atuação transversal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e disse que apoiará a educação científica nas escolas, como forma de despertar nas crianças e jovens o interesse pela ciência.

“Ciência e tecnologia são estratégicas para o desenvolvimento do País, assim como a Educação. E nós precisamos ter esse prestígio para dar o retorno para a sociedade”, disse Pontes. O futuro ministro afirmou ainda que pretende promover o desenvolvimento sustentável no país, aumentando em 3% do PIB nacional os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a partir da participação de recursos privados. Sobre a estrutura do Ministério, garantiu que as Comunicações permanecerão na mesma Pasta e que o Ensino Superior deverá continuar no Ministério da Educação (MEC).

Marcos Pontes acrescentou que está propondo, em seu cronograma inicial, que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) sejam incorporados ao MCTIC. O futuro ministro avaliou o contato com os representantes do setor como “extremamente valioso” para que a nova pasta trabalhe de forma consensual e solicitou que a SBPC e a ABC fiquem como canais iniciais de conexão entre a comunidade científica e o ministério em formação.

Abertura de diálogo

Para o presidente da SBPC, Ildeu Moreira, o encontro foi produtivo e possibilitou a abertura de diálogo com o futuro ministro e sua equipe. “Esperamos com esse primeiro encontro, que foi bastante proveitoso na avaliação de todos os participantes, que o diálogo prossiga, envolvendo também outros setores da comunidade de CT&I e de áreas de governo, como o MEC, que tem forte interação com a ciência e tecnologia”.

Além da SBPC, ABC e Fiocruz, participaram o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), o Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação (Consecti), representantes de entidades das três grandes áreas – humanas, exatas e da vida -, dirigentes de diversas instituições de pesquisa e de agências de fomento, representantes das universidades federais, estaduais e municipais, entidades ligadas ao setor privado e à inovação, representantes das áreas de ciência e tecnologia do Exército, Marinha e Aeronáutica, do Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e de outras entidades.

Câmara e Senado aprovam fundação de apoio na fabricação de vacinas

 portal.fiocruz.br/noticia/camara-e-senado-aprovam-fundacao-de-apoio-na-fabricacao-de-vacinas

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram, em regime de urgência, projeto de lei que permitirá à Fiocruz produzir e fornecer vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde por meio de sua fundação de apoio – a Fiotec. A proposta de mudança, que ajudará a Fiocruz especialmente a cumprir compromissos com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no fornecimento de vacinas contra a febre amarela, seguiu para sanção presidencial em 12 de dezembro.

De acordo com o texto do Projeto de Lei da Câmara (PLC 132/2018), de autoria do deputado federal Simão Sessim (PP/RJ), a Fiocruz, como Instituição de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICT), poderá ter o auxílio da fundação de apoio para captar e repassar recursos para as atividades de produção previstas em sua missão institucional, sem a necessidade de o dinheiro passar pelo caixa único do Tesouro Nacional. A alteração agiliza o processo de produção e ampara legalmente a Fiocruz.

Nos dias 20 e 21 de novembro, a presidente Nísia Trindade Lima esteve na Câmara dos Deputados para ampliar a interlocução com os parlamentares de todos os setores, lideranças de partidos e de Comissões da Câmara e conseguiu apoio para votação do PL em regime de urgência. Na justificativa da proposta, o parlamentar explica que a impossibilidade de a fundação de apoio atuar no apoio às atividades de produção tem carretado graves problemas, inclusive de relacionamento junto a organismos internacionais.

No triênio 2018-2020, a Fundação fornecerá mais de 30 milhões as doses para a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e a Unicef. Na justificativa do projeto, o parlamentar explica que “há expectativa de maior demanda dessa vacina brasileira pelas agências internacionais. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), além dos quantitativos já licitados e comprometidos pela Fiocruz, a demanda é de 130-170 milhões de doses/ano para os próximos seis anos”. *(Fonte: Agências Câmara e Senado)*

GT dedicado à Atenção Primária avalia resultados da Conferência de Astana

portal.fiocruz.br/noticia/gt-dedicado-atencao-primaria-avalia-resultados-da-conferencia-de-astana

O grupo de trabalho da Fiocruz dedicado à Atenção Primária em Saúde reuniu-se, no dia 9 de novembro, para avaliar os resultados e desdobramentos da Conferência de Astana, que aconteceu entre os dias 25 e 26 de outubro, no Cazaquistão. A Conferência Global de Atenção Primária em Saúde comemorou os 40 anos da Conferência de Alma-Ata, também no Cazaquistão, que marcou o estabelecimento da Atenção Primária como prioridade em saúde.

A Fiocruz esteve representada no evento pelos pesquisadores Paulo Buss, Ligia Giovanella e Luiz Augusto Galvão. Completaram a delegação brasileira a representante do Ministério da Saúde Luciani Ricardi e o representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Ronald Santos. Eles levaram um documento conjunto da Fiocruz e do CNS, que circulou entre os presentes na conferência, em especial os representantes das Américas, apresentando os pontos debatidos pelo grupo de trabalho.



Delegação da Fiocruz e do CNS na Conferência Global de Atenção Primária à Saúde, no Cazaquistão (Foto: Divulgação)

O encontro reuniu cerca de 2 mil participantes, entre autoridades, acadêmicos, profissionais da saúde, sociedade civil e representantes do setor privado em sessões principais e mesas paralelas. Dele, saiu uma declaração que reafirma a saúde como um direito fundamental e a importância da atenção primária para efetivação deste direito.

“A Declaração de Astana é um avanço, embora não seja tão contundente quanto a Declaração de Alma-Ata”, avaliou Ligia Giovanella. “Ainda vamos ver qual será sua repercussão ao longo das décadas, porque também são contextos internacionais muito distintos. Estamos em um momento de políticas de austeridade fiscal, ameaças à democracia, uma situação diferenciada. Contudo, ela reitera os princípios da Declaração de Alma-Ata, reafirma o direito fundamental e universal à saúde.”, completou.

Para Ligia, a versão final do documento é mais completa que as versões anteriores e inclui, por exemplo, a responsabilidade governamental na garantia do acesso universal à saúde e o reconhecimento das profundas desigualdades na saúde, e sociais em geral, entre os países e no interior dos países, como fazia a Declaração de Alma-Ata. Entre as novidades estão a abordagem relacionada com a Agenda 2030 e a inclusão dos cuidados paliativos e da questão das doenças crônicas não transmissíveis. “É também um novo contexto demográfico e epidemiológico internacional”, afirma Ligia.

Fruto de uma longa negociação entre países, a Declaração ainda terá um longo caminho a percorrer até a Assembleia Geral das Nações Unidas de 2019, que acontece em setembro em Nova York e terá como tema a Cobertura Universal e a Atenção Primária em Saúde. Em janeiro, a Declaração deve gerar uma resolução do Comitê Executivo da OMS. O comitê é composto por 34 países e atualmente é presidido pela embaixadora brasileira Maria Nazareth Farani Azevêdo. Essa resolução, que contém a Declaração e recomendações aos países, seguirá então para aprovação na Assembleia Mundial da Saúde, que acontece em maio, em Genebra. Enfim, chegará ao fórum máximo da ONU.

“Em qualquer desses momentos, haverá possibilidade de os Estados-membros incidirem com aperfeiçoamentos na Declaração - não no seu texto que, desde Astana, fica imutável, mas por meio de recomendações às agências das Nações Unidas, aos governos dos Estados-membros e à própria sociedade civil nacional e global, para adequadamente implementarem os princípios aprovados”, explicam os membros da delegação brasileira, em [texto publicado no blog do Centros de Estudos Estratégicos \(CEE/Fiocruz\)](#).

A cobertura universal em saúde tem sido um foco da OMS e é uma das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). “O que está em disputa é como se alcança essa cobertura universal de saúde”, afirma Ligia. Uma proposta seria a cobertura universal por meio de pequenos seguros, privados ou públicos, diferenciados conforme a classe social das pessoas.

“Nós defendemos que a maneira mais efetiva e mais eficiente para garantir o direito universal de saúde e o acesso à saúde com equidade são sistemas públicos universais, financiados com recursos fiscais e com prestação predominantemente pública. A experiência internacional mostra claramente que estes são os sistemas mais eficientes, mais efetivos, que mais garantem o direito universal, fundamental à saúde”, disse a pesquisadora da Fiocruz.

A experiência brasileira, muitas vezes citada em Astana como exemplo positivo, demonstra que por meio de sistemas públicos universais é possível alcançar o direito à saúde de forma mais eficaz do que por outras modalidades de cobertura. “O Brasil foi muito citado, muitas vezes e em muitas mesas. Não à toa, pois temos um ativo, como eu chamo, um ativo político e técnico que o Brasil pode oferecer para outros países e que começa pela própria organização do SUS”, destacou o coordenador do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), Paulo Buss.

O caráter equitativo, universal, integral, gratuito e financiado por impostos do SUS é quase único no mundo e é reconhecido por especialistas da área. Programas específicos como o Saúde da Família, o programa nacional de imunização, o programa de HIV/Aids e a Farmácia Popular também foram citados nas sessões e debates.

“Foi um processo bastante criativo para o Brasil e bem aproveitado, já que estávamos preparados a partir do momento que a Nísia [Trindade Lima, presidente da Fiocruz] criou um grupo de trabalho para debater o tema” avaliou Buss, que também é ex-presidente da Fundação e participou de uma das mesas paralelas do evento: “Acesso a vacinas, medicamentos e produtos de saúde na Atenção Primária em Saúde”.

Na reunião de avaliação, a presidente da Fiocruz considerou que o grupo de trabalho formado para a conferência deve manter sua atuação. “Vamos trabalhar tanto na agenda oficial internacional, como buscar capilarizar o documento final para que ele se torne conhecido no Brasil”, afirmou. “Em um momento em que a atenção primária está sob ataque por parte de alguns governantes e tem sido vista, pela primeira vez, como área de negócio pelo setor privado, uma Declaração como a de Astana é um importante instrumento para reafirmar o direito universal à saúde”.

Protocolo para inovação em saúde e desenvolvimento social em Pernambuco é assinado

portal.fiocruz.br/noticia/protocolo-para-inovacao-em-saude-e-desenvolvimento-social-em-pernambuco-e-assinado

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara e a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, assinaram um Protocolo de Intenções com o objetivo de fortalecer o uso da inovação na área da saúde e do desenvolvimento social no estado. O documento institui a cooperação técnico-científica entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) e a Fiocruz para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento tecnológico, compartilhamento e disseminação de informações técnico-científicas.



Assinatura de Protocolo de Intenções tem como objetivo fortalecer o uso da inovação na área da saúde e do desenvolvimento social em Pernambuco (foto: Fiocruz Pernambuco)

“Investir em pesquisa é investir no futuro. Estamos mais uma vez fazendo uma parceria importante com a Fiocruz, que é referência nacional e mundial nesta área de pesquisa, principalmente em ações voltadas para a saúde pública. Todos nós sabemos da gravidade que foi o surto do vírus zika no Brasil. E Pernambuco saiu na frente no estudo e tratamento da doença. Essa parceria com a Fiocruz pensa justamente o futuro, em novas ações no cuidado com as pessoas. E o futuro se faz com pesquisa e inovação”, destacou o governador.

Para a presidente da Fiocruz, convênios como este fortalecem as pesquisas estaduais e o trabalho integrado de ciência e tecnologia no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). "Nosso desafio é fazer com que esse avanço, de colocar a ciência mais próxima à sociedade, possa ter o amparo não somente político, mas cumprir a finalidade maior do direito à saúde, do direito à ciência e tecnologia, da integridade das ações científicas, algo que nós temos trabalhado com bastante profundidade nos últimos anos", explicou.

Nísia declarou que essa assinatura vem consagrar colaborações já em curso, mas ao mesmo tempo aponta novos desafios para questões ligadas tanto às doenças transmissíveis quanto às doenças crônicas, à formação de pessoal e ao campo da inovação. "Nós queremos também estreitar essa parceria, pensando não só nas ações que a Fiocruz realiza, mas também numa agenda de ciência, tecnologia e inovação em parceria com as demais instituições científicas do estado", afirmou.

O protocolo de intenções prevê também a eventual cessão, requisição e demais modalidades de transferência de recursos humanos, envolvendo servidores do estado para trabalhar na Fiocruz e vice-versa. "Nós vamos, agora, ampliar essas parcerias com a Fiocruz, não só em relação ao vírus zika, mas a um conjunto muito maior de doenças e de oportunidades, não apenas de pesquisa e desenvolvimento, mas de novos negócios na área farmacêutica focados nos problemas pernambucanos. Nesse momento, em que já se fala em algumas potenciais doenças de verão, é muito apropriado que comecemos uma agenda conjunta onde a Facepe (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco), como um instrumento de fomento, com a Fiocruz, possa começar a aportar recursos", pontuou a secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lúcia Melo.

O diretor da Fiocruz Pernambuco, Sinval Brandão Filho, destacou as colaborações já realizadas com o governo do estado no âmbito do SUS, com os cursos de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva e o Mestrado Profissional em Saúde Pública. Além da cooperação na área de pesquisa, com o edital do Programa de Excelência em Pesquisa (Proep) e na resposta à epidemia de zika. "O protocolo de cooperação consolida essas parcerias formalmente e amplia as possibilidades de abertura de novos projetos de colaboração entre a instituição e as instâncias do governo de Pernambuco, tanto na área de ciência, tecnologia e inovação, como em treinamento e formação de recursos humanos em saúde. Um exemplo disso é o edital Inova, em cooperação com a Facepe, que está em fase de lançamento e irá apoiar financeiramente projetos da Fiocruz Pernambuco, com possibilidades de geração de produtos, processos e serviços".

Assinatura protocolo

Também estiveram presentes à assinatura o coordenador de Vigilância em Saúde de Laboratórios de Referência da Fiocruz, Rivaldo Venâncio; a coordenadora do Grupo de Pesquisa da Epidemia de Microcefalia (Merg), Celina Turchi; o secretário de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação, Alexandre Valença; a pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade de Pernambuco (UPE), Maria Tereza Cartaxo; a secretária-executiva de Vigilância em Saúde de Pernambuco (SES), Luciana Albuquerque, e o presidente da Facepe, Abraham Sicsú.

Consolidação de parcerias com Agência Brasileira de Cooperação



O diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), embaixador Ruy Carlos Pereira, foi recebido pela presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, no dia 9 de novembro, para a assinatura de um Protocolo de Intenções entre as duas instituições. O documento tem como objetivo aperfeiçoar e formalizar a parceria entre a ABC e a Fundação na implementação de projetos de cooperação na área de promoção da saúde. Também participaram do encontro o vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional, Mario Moreira; o chefe de Gabinete da Presidência, Valcler Rangel; o diretor do Centro de Relações Internacionais da Fiocruz, Paulo Buss; e o coordenador da Rede Global de Bancos de Leite Humano (rBLH), João Aprígio Guerra.



Documento tem como objetivo aperfeiçoar e formalizar a parceria entre a ABC e a Fundação na implementação de projetos de cooperação na área de promoção da saúde (foto: Peter Iliciev)

A ABC, órgão do Ministério das Relações Exteriores, é responsável pela coordenação da cooperação técnica internacional do Brasil e tem com a Fiocruz uma longa parceria para o desenvolvimento de projetos de saúde, sobretudo com países da África, América Latina e Caribe. Há exemplos de resultados muito positivos, como é o caso da fábrica de imunobiológicos em Moçambique e da rBLH, parceria iniciada em 2006, que já conseguiu a implantação de mais de 330 Bancos de Leite em diversos países.

Para a presidente Nísia, “nesse momento queremos avançar na compreensão da importância da ciência, tecnologia e saúde, não só em acordos bilaterais, mas também nas redes internacionais, temos certeza que vai se frutificar em uma agenda de cooperação estruturante com diversos países”. O embaixador Ruy Pereira considera que o protocolo “é um instrumento voltado para o futuro, a presença brasileira nos projetos de saúde em dezenas de países, via Fundação e ABC, é uma chancela de qualidade, que afiança as perspectivas de desenvolvimento nas próximas décadas da cooperação”.

Lançamento da Rede NB3 de laboratórios fortalece campo da vigilância

 portal.fiocruz.br/noticia/lançamento-da-rede-nb3-de-laboratorios-fortalece-campo-da-vigilancia

O coordenador de Vigilância e Laboratórios de Referência e representantes dos laboratórios de nível de Biossegurança 3 (NB3) e da Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública do Ministério da Saúde (CGLab/SVS/MS) estiveram presentes durante o lançamento da Rede NB3 da Fiocruz, realizado no dia 31 de outubro.

A Rede conta com integrantes de laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), Instituto Carlos Chagas (ICC/Fiocruz Paraná), Instituto Gonçalo Moniz (IGM/Fiocruz Bahia) e Instituto Aggeu Magalhães (IAM/Fiocruz Pernambuco).

Para presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, a Rede representa o fortalecimento do campo da vigilância, do aprofundamento do trabalho em plataforma e da necessidade de uma ação cada vez mais articulada, pensando não só internamente, mas na perspectiva do conjunto do SUS.

Segundo o coordenador de Vigilância e Laboratórios de Referência, Rivaldo Venâncio, os laboratórios realizam procedimentos de alta complexidade para análise de amostras enviadas por outros laboratórios, hospitais, clínicas e unidades de saúde de todo o país para confirmação de diagnósticos e controle de qualidade analítica de toda a rede. Além disso, promovem capacitação de recursos humanos em áreas de interesse ao desenvolvimento da credibilidade e confiabilidade laboratorial, estimulando parcerias que visam à melhoria da qualidade dos diagnósticos.

Para dar conta dos enormes desafios pela frente, a Fiocruz mantém um Fórum de Laboratórios de Referência, em que os integrantes da rede podem debater melhorias e trocar experiências. Durante a quarta edição do evento, realizada no dia 8 de novembro, com presença do secretário nacional de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), Osnei Okumoto, a presidente da Fiocruz ressaltou a importância de reiterar o papel da Fundação. “Somos uma instituição de Estado que traz soluções necessárias para as questões de saúde da população brasileira”, explicou Nísia.



Evento teve como objetivo discutir os principais desafios enfrentados pelos laboratórios, execução orçamentária e as perspectivas para 2019 (foto: Pedro Gonçalves)

Para a presidente, o campo da vigilância é essencial, e hoje está no cerne de várias discussões internacionais. Por isso mesmo, a melhoria contínua da qualidade e ampliação da capacidade de resolução de problemas e de participação em resposta nacional deve ser garantida por meio de orçamento adequado. Segundo Venâncio, mesmo com o atual cenário do país, o orçamento planejado para 2019 é de R\$ 41,5 milhões. “Nós queremos otimizar e racionalizar os recursos públicos que estão sendo investidos”, ressaltou o coordenador.

Rivaldo também fez elogios e agradecimentos para toda a equipe de gestão dos Laboratórios de Referência. “A gente aproveita para dizer que o saldo é positivo, e muito do que nós temos conseguido é fruto de toda a equipe que temos hoje na Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência da Fiocruz e na parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde”, finalizou.

CD divulga nota de esclarecimento aos docentes e discentes da Fiocruz

 portal.fiocruz.br/noticia/cd-divulga-nota-de-esclarecimento-aos-docentes-e-discentes-da-fiocruz

Considerando as recentes e tensas ocorrências em salas de aula ocorridas em outras instituições, que levaram a um posicionamento do Ministério Público sobre *“qualquer tentativa de obstar a abordagem, a análise, a discussão ou o debate acerca de quaisquer concepções filosóficas, políticas, religiosas, ou mesmo ideológicas - que não se confundem com propaganda político-partidária -, desde que não configurem condutas ilícitas ou efetiva incitação ou apologia a práticas ilegais, representa flagrante violação aos princípios e normas acima referidos”* (Recomendação No 22, de 29 de outubro de 2018, do Ministério Público Federal CHA-SC-00006853).

Considerando o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal que referendou em sessão plenária com os ministros da Corte, no dia 31/10/2018, liminar concedida pela ministra Carmén Lúcia para assegurar a livre manifestação do pensamento e de ideias nas Universidades.

Considerando o pluralismo de ideias que é reconhecido na nossa Constituição que no seu Art. 5º indica:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- *IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;*
- *IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;”*

Também são amparadas na Constituição Federal, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (arts. 205 e 206).

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no seu artigo 3º (Lei no 9.394/96), estabelece como princípios do ensino no país entre outros o respeito à liberdade e apreço à tolerância, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, consideração com a diversidade étnico-racial.

A Fiocruz vem publicamente esclarecer que estão garantidos os direitos de livre expressão de seus professores e alunos nos espaços acadêmicos da instituição.

No ambiente acadêmico é esperada a livre manifestação de ideias, a crítica, o contraditório e o reconhecimento das diferenças assim como o respeito a opiniões divergentes. Desta forma, a Fiocruz pretende continuar a estimular a manutenção de relações interpessoais condizentes com a sua tradição educacional caracterizada pelo respeito entre as pessoas e a ética educacional.

Os professores devem ministrar suas aulas a partir de seus conteúdos programáticos permitindo o livre debate de ideias em suas salas de aulas, auditórios, etc. Não cabendo qualquer censura prévia de conteúdo já estabelecido e divulgado em seus cursos.

Ademais, a Fiocruz como instituição estratégica de Estado na área de ciência e tecnologia em saúde, que possui um forte compromisso de formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde, defende o debate amplo e público de ideias incluindo a diversidade de grupos sociais.

Orientamos, de forma específica, que gravações de áudio e/ou de imagem conteúdo de aulas e outras atividades acadêmicas na Fiocruz só poderão ser feitas com prévia autorização do professor e dos demais sujeitos presentes nos registros, assegurando, assim, a privacidade e subjetividade de seus docentes, discentes e da comunidade acadêmica.

Para facilitar a comunicação neste tema, colocamos à disposição o e-mail ouvidoria@fiocruz.br para comunicações e esclarecimentos.